

DCI – 12/04/2007

Setor privado garante que estatal usa “tarifa patriótica”

Representante das empresas privadas denuncia concorrência “predatória”; Eletrobrás garante que disputou leilões “em igualdade com transnacionais”

LISBOA // SÃO PAULO

OS maiores investidores privados do setor de energia elétrica decidiram partir para a ofensiva em relação à política de tarifas adotada pelas estatais. O presidente do Instituto Acende Brasil - que reúne 15 das maiores empresas privadas do setor-, Cláudio Sales, afirmou ontem ao DCI que as estatais fazem concorrência “predatória” e que a Eletrobrás adota “taxas patrióticas” que “destroem” as companhias de capital privado.

Em resposta, a diretoria da Eletrobrás informou ao DCI que o grupo voltou a ser um grande investidor no setor por meio da participação nos leilões de energia e transmissão realizados nos últimos dois anos.

A Eletrobrás lembrou que “nesses leilões, o grupo competiu em igualdade de condições com grandes empresas transnacionais, na maior parte das vezes em consórcios, nos quais sempre teve participação minoritária. Em nenhum momento, durante todo esse processo, a holding do grupo perdeu de vista a perspectiva fundamental de que todos os projetos deveriam dar uma taxa de retorno condizente com o capital investido. Esse cuidado essencial é reconhecido pelo mercado, cujas análises extremam confiança em um sólido futuro para o grupo”.

Fazem parte do Instituto Acende: AES Eletropaulo, Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, CMS Energy; CPFL Energia, Duke Energy; EDF, El Paso, Endesa Brasil, Energias do Brasil, Equatorial, Iberdola, Pactual Energia Participações, Ashmore Energy, Grupo Rede Tractebel Energia.

Para Cláudio Sales, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê investimentos de R\$ 78,4 bilhões para o setor elétrico, “não será suficiente e muito menos resolverá a necessidade de investimentos no setor.

Ele também garantiu o planejamento de investimentos estatais no setor “não tem se materializado” e que “os investimentos privados superaram em 12% os da Eletrobrás no ano passado”. Sales afirmou que do setor privado sairão pelo menos 60% dos investimentos, com uma média de R\$20,3 bilhões anuais.

Para Sales, “as estatais deveriam ser obrigadas a se submeter aos mesmos padrões de governança corporativa que as empresas privadas” e que companhias como a Eletrobrás “não contribuem para a sustentabilidade, e destroem o patrimônio brasileiro”.

Cláudio Sales disse também que, na ausência de investimentos, a demanda superaria a atual oferta de energia em 2009 ou, no máximo, 2010.

Para Sales, “a sustentabilidade depende “de medidas estruturais que induzam investimentos”. Essas medidas envolveriam um ambiente de competição eficiente, redução do risco regulatório, dos tributos e dos encargos e arbitragem não ideológica de questões ambientais.

Ele criticou os leilões de energia em que “as estatais têm destruído os preços, não seguindo princípios de racionalidade econômica”. Para Sales, “o mercado penalizou as ações das estatais devido aos preços predatórios”

Nova termoelétrica

Também ontem, a Energias do Brasil, unidade da Energias de Portugal (EDP), anunciou que planeja investir US\$ 450 milhões em uma usina movida a carvão que terá capacidade de 350 megawatts.

A termoelétrica já possui licença prévia ambiental e está inscrita no leilão de energia nova programado para julho de 2007.

A permissão para construção da usina foi adquirida como parte da Diferencial Energia Empreendimentos e Participações, pela qual a Energias do Brasil pagou R\$ 5 milhões, podendo chegar à R\$ 20 milhões caso a energia seja vendida no próximo ou em futuros leilões.

A previsão é de que a termoelétrica, que será construída no distrito industrial de São Luis, no Maranhão, esteja em operação em 42 meses após receber permissão para o início das obras, segundo Antônio Martins da Costa, diretor presidente da Energias do Brasil. "Estamos otimistas sobre a realização deste projeto", disse.

Fonte alternativa

O Ministério de Minas e Energia publicou ontem a sistemática do leilão de fontes alternativas no do Diário Oficial da União e determinou que o leilão do próximo dia 24 de maio terá duas fases. Na primeira, os geradores ofertarão a energia de todas as fontes conjuntamente. Na segunda, as ofertas serão divididas entre as fontes hídricas e outras fontes.

PAULA SAMBO

BLOOMBERG